

**ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: UMA RELAÇÃO ENTRE
PARADIGMAS, METANARRATIVAS, PONTOS DE INTERSEÇÃO
E SEGMENTAÇÕES TEÓRICAS**
ORGANIZATIONAL STUDIES: A RELATIONSHIP BETWEEN PARADIGMS,
METANARRATIVES, INTERSECTION POINTS AND THEORETICAL APPROACHES

*Luciano Munck **

*Mariana Gomes Musetti Munck ***

*Rafael Borim de Souza ****

RESUMO:

Este artigo foi realizado com o objetivo de identificar um quadro de análise que contemplasse o relacionamento entre paradigmas, metanarrativas, pontos de interseção e segmentações teóricas relacionados aos estudos organizacionais. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Para que a viabilidade de realização do estudo fosse garantida foram adotados como referências os paradigmas apresentados por Burrell e Morgan (1979), as metanarrativas e os pontos de interseção defendidos por Reed (2007) e a segmentação teórica proposta por Marsden e Townley (2001). Foi possível observar que os pontos de interseção propostos por Reed (2007) confluem de uma segmentação teórica defendida por Marsden e Townley (2001) entre teorias organizacionais normais e teorias organizacionais contranormais, as quais englobam todas as metanarrativas interpretativas de Reed (2007), que por sua vez são compreendidas pelos paradigmas de Burrell e Morgan (1979).

87

PALAVRAS-CHAVE: estudos organizacionais, paradigmas, metanarrativas, segmentação teórica e pontos de interseção.

ABSTRACT:

This article intended to identify an analytical board that show how paradigms, metanarratives, intersection points and theoretical segmentations, all related to the organizational studies, can be interconnected. It was realized a qualitative, exploratory and bibliographical research. The contributions of Burrell and Morgan (1979), Reed (2007) and Marsden and Townley (2001) were adopted as the mainly references. It has been discovered that the intersection points proposed by Reed (2007) come from a theoretical segmentation defended by Marsden and Townley (2001), which encompass all the interpretative metanarratives showed by Reed (2007), and are understood by the paradigms presented by Burrell and Morgan (1979).

KEY-WORDS: organizational studies, paradigms, metanarratives, theoretical segmentation and intersection points.

INTRODUÇÃO

Os estudos organizacionais possuem uma identidade múltipla, ou seja, são constituídos

*Doutor em Administração pela FEA/USP. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado em Administração da Universidade Estadual de Londrina. munck@uel.br

**Doutora em Engenharia da Produção pela POLI/USP. Coordenadora do Curso de Administração do Centro Universitário Filadélfia. mariana

***Doutorando em Administração pela UFPR. Mestre em Administração pelo PPGA/UEL. Professor adjunto no curso de Administração do Centro Universitário Filadélfia. rafaborim@yahoo.com (contatar este autor).

por teorias e vertentes que contemplam diferentes fundamentações científicas para explicarem os fenômenos que pesquisam. No entanto tais estudos enraízam-se em seus propósitos paradigmáticos e em suas vertentes teóricas sempre com o intuito de privilegiar uma determinada ótica do conhecimento já legitimada por pesquisadores antigos. Observa-se, assim, um receio de implementar uma perspectiva científica integrativa que conceda operacionalização a esta pluralidade dos estudos organizacionais.

Como ressalta Heidegger (1927) a utilização do termo ‘integrativo’ não significa que a multidisciplinaridade dos estudos represente uma meta-perspectiva que traga consigo todas as demais, mas, ao invés disso, ela adota uma análise mais compreensiva sobre o que constitui e alicerça a expressão dos fenômenos organizacionais. Lakatos (1970) complementa as considerações de Heidegger (1927) ao entender que embora teorias e paradigmas, no caso, relacionados aos estudos organizacionais, possuam seus elementos de estruturação centrais, existe a necessidade de se vislumbrar tais elementos não como fenômenos finitos em si, mas como partes essenciais para a observância do que precisa ser alterado ou até mesmo excluído, a fim de que proposições teóricas em construção alcancem seus objetivos principais.

Por esta lógica de observação da realidade mais holística, acredita-se que os estudos organizacionais, mais especificamente em relação aos paradigmas que os regem, aos pontos de interseção que os estruturam e as segmentações teóricas que os qualificam, precisam ser interligados por meio de conexões que identifiquem como cada uma destas partes evidenciadas se relaciona com as demais, bem por isso adota-se este exercício de pesquisa como o objetivo principal deste estudo.

Frente ao anseio de responder ao objetivo proposto foram abordados os paradigmas de Burrell e Morgan (1979), os pontos de interseção propostos por Reed (2007) e a segmentação das teorias organizacionais oferecida por Marsden e Townley (2001). A seleção das contribuições destes autores, feita a partir dos critérios de abrangência da teoria e reconhecida coerência de suas idéias, se fez necessária para viabilizar a discussão proposta, uma vez que existem outras possibilidades de classificação dos paradigmas e inúmeras abordagens de interpretações da realidade. Estas três contribuições foram apresentadas separadamente e em seqüência unidas por meio de uma análise integrativa.

88

METODOLOGIA DE PESQUISA

Conforme teorização metodológica proposta por Martins e Theóphilo (2007), este artigo desenvolveu-se como uma pesquisa de natureza básica. A abordagem do problema aconteceu de maneira qualitativa. Os objetivos foram analisados do ponto de vista exploratório. Em relação aos procedimentos técnicos, classificou-se como bibliográfica. Foi elaborado um levantamento teórico-metodológico sobre os paradigmas de Burrell e Morgan (1979), os pontos de interseção propostos por Reed (2007) e a segmentação das teorias organizacionais oferecida por Marsden e Townley (2001). O contexto desta pesquisa confluiu na criação de uma análise que possibilitou co-relacionar os temas postos em perspectiva.

OS PARADIGMAS APRESENTADOS POR BURRELL E MORGAN

Um paradigma refere-se a um corpo de idéias, assunções maiores, conceitos, proposições, valores e metas de uma área substantiva que influencia a maneira pela qual as pessoas observam o mundo, conduzem pesquisas científicas e aceitam formulações teóricas. Estes paradigmas são a

base das teorias normais. No entanto, as teorias normais produzem anomalias que não podem ser resolvidas por explicações oriundas de paradigmas já existentes. Quando da constatação destas discrepâncias, observam-se novas criações e aberturas confluentes na ascensão de um novo paradigma, o qual assume um espaço representativo em meio as discussões científicas e repõe o paradigma antigo, então admitido como inconsistente em suas proposições para com a realidade vivenciada (KUHN, 1970). Gibson Burrell (2007, p.445) complementa ao considerar que os:

paradigmas definem, em um senso acordado e profundamente assentado, uma forma de ver o mundo e como este deveria ser estudado, e que este ponto de vista é compartilhado por um grupo de cientistas que vivem em uma comunidade marcada por uma linguagem comum, que buscam fundar um edifício conceitual comum, e que são possuídos por uma postura política muito defensiva em relação aos de fora.

Burrell e Morgan (1979) na obra ‘*Sociological Paradigms and Organizational Analysis*’ ao analisarem diferentes vertentes da teoria social e da teoria organizacional, concluíram que estas discussões poderiam ser amparadas por quatro amplas visões de mundo, ou seja, quatro paradigmas. Estes são representados “em diferentes conjuntos de pressuposições metateóricas sobre a natureza da ciência, a dimensão subjetiva-objetiva, a natureza da sociedade e a dimensão da mudança por regulação ou por via radical” (MORGAN, 2007, p.15).

Dado que sociologia e teoria organizacional são partes não litigiosas da ciência social [...] qualquer afirmação feita nessas áreas de uma natureza especulativa tem que fazer suposições tanto sobre a natureza da sociedade, quanto sobre a natureza da ciência. Se isso não for feito, consciente ou inconscientemente, então não está sendo feita uma afirmação da ciência social. Burrell e Morgan tentaram identificar a natureza dessas afirmações em dois eixos que, ao serem colocados em ângulo reto, criam quatro paradigmas mutuamente excludentes (BURRELL, 2007, p.446).

Cada um desses paradigmas – funcionalista, interpretativista, humanista radical e estruturalista radical – segundo Morgan (2007, p.15), “representa uma rede de escolas de pensamento inter-relacionadas, diferenciadas em abordagem e perspectiva, mas que compartilham pressupostos fundamentais sobre a natureza da realidade que tratam”. Estes paradigmas são detalhados no quadro 02, logo após do qual realiza-se uma análise comparativa que obedece a seguinte seqüência: funcionalismo, estruturalismo radical, humanismo radical e intepretativismo. Trata-se de um exercício analítico propositivo, logo, não finito em suas possibilidades de abordagens. Não se intenta, então, esgotar a potencialidade dos debates capazes de serem elaborados por meio das contribuições de cada um destes quatro paradigmas.

QUADRO 02 – Os paradigmas propostos por Burrell e Morgan (1979)

Paradigma Funcionalista	<p>Este paradigma se baseia na pressuposição de que a sociedade tem existência concreta e real e um caráter sistêmico orientado para produzir um estado de coisas ordenado e regulado. Ele estimula uma abordagem para a teoria social que focaliza o entendimento do papel dos seres humanos na sociedade. O comportamento é sempre visto como algo que está contextualmente atado a um mundo real de relacionamentos sociais concretos e tangíveis. Os pressupostos ontológicos estimulam a crença na possibilidade de uma ciência social objetiva e isenta de conotações de valor, em que o cientista se distancia da cena que ele ou ela está analisando com o rigor e a técnica do método científico. A perspectiva funcionalista é fundamentalmente reguladora e prática, em sua orientação básica, e está interessada em compreender a sociedade de maneira que produza conhecimento empírico útil.</p>
Paradigma Interpretativista	<p>Este paradigma se baseia na visão de que o mundo social possui uma situação ontológica duvidosa e de que o que passa por realidade social não existe em sentido concreto, mas é produto da experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos. A sociedade é entendida a partir do ponto de vista do participante em ação, em vez do observador. O teórico social interpretativista tenta compreender o processo pelo qual as múltiplas realidades compartilhadas surgem, se sustentam e se modificam. Da mesma forma que a abordagem funcionalista, a interpretativista se baseia na pressuposição e na crença de que há uma ordem e um padrão implícito no mundo social; no entanto, o teórico interpretativista <i>vê a tentativa do funcionalista de estabelecer uma ciência social objetiva como um fim inatingível. A ciência é considerada uma rede de jogos de linguagem, baseada em grupos de conceitos e regras subjetivamente determinados, que os praticantes da ciência inventam e seguem. Vê-se que a situação do conhecimento científico é, portanto, tão problemática quanto o conhecimento do senso comum da vida diária.</i></p>
Paradigma Humanista Radical	<p>Este como o paradigma interpretativista, enfatiza como a realidade é socialmente criada e socialmente sustentada, mas vincula sua análise ao interesse em alguma coisa que pode ser descrita como uma patologia da consciência, pela qual os seres humanos se aprisionam dentro de fronteiras da realidade que eles mesmos criam e sustentam. Essa perspectiva se baseia na visão de que o processo de criação da realidade pode ser influenciado por processos psíquicos e sociais que canalizam, restringem e controlam as mentes dos seres humanos de maneira a aliená-los em relação às potencialidades inerentes à sua verdadeira natureza de humanos. A crítica contemporânea do humanismo radical enfoca os aspectos alienadores dos vários modos de pensamento e ação que caracterizam a vida nas sociedades industriais. Vê-se, por exemplo, o capitalismo como algo essencialmente totalitário, a idéia de acumulação de capital como algo que modela a natureza do trabalho, da tecnologia, da racionalidade, da lógica da ciência, dos papéis, da linguagem, que mistifica conceitos ideológicos como escassez, lazer e assim por diante. Os conceitos que o teórico funcionalista pode considerar como blocos de construção da ordem social e da liberdade humana são, para o humanista radical, modos de dominação ideológica. O humanista radical está interessado em descobrir como as pessoas podem associar pensamento e ação (<i>práxis</i>) como um meio para transcender sua alienação.</p>

Paradigma Estruturalista Radical	<p>A realidade definida pelo paradigma estruturalista radical, assim como a do humanista radical fundamenta-se na visão de que a sociedade é uma força potencialmente dominadora. No entanto, ela está vinculada a uma concepção materialista do mundo social, definida por estruturas sólidas, concretas e ontologicamente reais. Vê-se a realidade como uma coisa que existe por si própria, de uma forma independente de como é percebida e reafirmada pelas pessoas em suas atividades do dia-a-dia. Vê-se essa realidade como algo que se caracteriza por tensões e contradições intrínsecas entre elementos antagônicos, o que, inevitavelmente, leva a uma mudança radical no sistema como um todo. O estruturalista radical está interessado em compreender essas tensões intrínsecas e a maneira como os detentores do poder na sociedade procuram controlá-las por meio de vários modos de dominação. Põe-se a ênfase sobre a importância da práxis como meio de transcender esta dominação.</p>
----------------------------------	--

FONTE: elaborado a partir das contribuições de MORGAN (2007, p.16-17).

A obra de Burrell e Morgan (1979) é muito criticada e de acordo com Burrell (2007, p.446) no que o livro

pode ter tido sucesso foi em ressaltar a falência do campo da teoria organizacional com seus grupos conflitantes, e em demonstrar que sua orientação funcionalista, enquanto popular, politicamente superior e comum, não era de forma alguma a única estrada possível aberta para a análise organizacional.

O paradigma funcionalista representa uma perspectiva firmemente enraizada na sociologia da regulação e por meio dele a realidade é observada por uma lente objetivista (BURRELL; MORGAN, 1979). Segundo Gil (2008) as origens do funcionalismo remetem aos positivistas Herbert Spencer e Émile Durkheim. Sua consolidação como método de investigação social, entretanto, ocorreu com Bronislaw Malinowki, para o qual o raciocínio básico do funcionalismo é: “se os homens têm necessidades contínuas como uma consequência de sua composição biológica e psíquica, então essas necessidades básicas irão requerer formações sociais que satisfaçam efetivamente tais necessidades” (GIL, 2008, p.19).

O funcionalismo se faz semelhante ao estruturalismo pelo fato do cientista engajar-se totalmente com a ciência, todavia, para um estruturalista a ciência tem um fim diferente. O estruturalismo radical concentra-se na mudança radical, emancipação e potencialidade, em uma análise que enfatiza conflito estrutural, modos de dominação, contradição e privação (BURRELL; MORGAN, 1979).

O estruturalismo radical advoga as teorias de mudança radical a partir de uma perspectiva objetivista. A dimensão desse paradigma centraliza-se na concepção materialista do mundo social, ligadas por estruturas concretas e reais. Este paradigma propõe uma crítica aos *status quo* e sugere ao homem uma práxis política. Esta perspectiva compreende que as patologias sociais são produtos da desigualdade do poder na sociedade. Desta situação emergem conflitos, tensões e desequilíbrios, os quais são solucionados por mudanças fundamentais nas formas como a sociedade está organizada e no modo como os seus recursos são distribuídos (GARCIA; MINUZZI, 2005).

O estruturalismo radical, por conceder pouca relevância ao papel e natureza do homem como ser individual, difere do humanismo radical que “compreende a ordem social como sendo

produto de coerção e não de consentimento” (GARCIA; MINUZZI, 2005, p.2). O paradigma humanista radical é definido pela sua preocupação em desenvolver uma sociologia de mudança radical por uma abordagem subjetivista (BURRELL; MORGAN, 1979). A teoria crítica é o enfoque deste último paradigma. Para Lincoln e Guba (2006) esta teoria em si já é observada como um paradigma que em suas muitas formulações, articula uma ontologia baseada no realismo histórico, uma epistemologia transacional e uma metodologia que é tanto dialógica quanto dialética.

Uma teoria social crítica preocupa-se, particularmente, com as questões relacionadas ao poder e à justiça e com os modos pelos quais a economia, os assuntos que envolvem a raça, a classe e o gênero, as ideologias, os discursos, a educação, a religião e outras instituições sociais e dinâmicas culturais interagem para construir um sistema social (KINCHELOE; McLAREN, 2006, p.283).

Estes mesmos autores propõem uma teoria crítica para o novo milênio, a começar pela suposição de que as sociedades do Ocidente não estão isentas de apresentarem problemas em sua democracia e em sua liberdade. Sua versão da teoria crítica rejeita o determinismo econômico, concentrando-se na mídia, na cultura, na língua, no poder, no desejo, no iluminismo crítico e na emancipação crítica. De acordo com Schwandt (2006), este esquema adota uma hermenêutica crítica.

Vergara e Caldas (2005) afirmam que o paradigma humanista se relaciona ao paradigma interpretativista por meio de uma visão antipositivista do mundo social. O interpretativismo é formado por uma preocupação em entender o mundo e compreender a natureza fundamental do mundo social por um patamar subjetivista orientado por contribuições advindas da sociologia da regulação (BURRELL; MORGAN, 1979). Este paradigma opõe-se ao gerencialismo da teoria organizacional formal por seu alinhamento com a mudança social. Neste, as organizações são compreendidas como criações em vez de entidades naturais, logo, podem ser mudadas mediante a intervenção social. Este paradigma defende que as organizações devem ser explicadas pelo conhecimento das intenções que fazem as pessoas agirem, e isso requer um conjunto de técnicas completamente diferente das utilizadas pelos pesquisadores organizacionais positivistas (VERGARA; CALDAS, 2005).

Morgan (2007, p.17) admoesta que “cada um desses quatro paradigmas define os fundamentos dos modos antagônicos de análise social e tem implicações radicalmente diferentes para o estudo das organizações”. Entende-se, portanto que a complexidade dos estudos organizacionais atuais pode requerer a formulação de um corpo de conhecimento multiparadigmático, uma vez que os problemas sociais contemporâneos já não conseguem ser tratados por uma ótica unilateral oriunda de corpos de conhecimentos isolados. Esta inter-relação entre os paradigmas pode resgatar a possibilidade de se qualificar mais a relação entre organizações e sociedade por meio de pesquisas que analisem seus respectivos problemas por diferentes lentes do conhecimento (LINCOLN; GUBA, 2006).

OS PONTOS DE INTERSEÇÃO DE REED E A SEGMENTAÇÃO TEÓRICA PROPOSTA POR MARSDEN E TOWNLEY

Reed (2007) apresenta uma breve história dos estudos sobre as organizações. O autor distingue seis fases, nomeadas de modelo de metanarrativa interpretativa, as quais estão expostas

no quadro 03.

QUADRO 03 – Narrativas analíticas em análise organizacional

Modelo de metanarrativa interpretativa	Problemática principal	Perspectivas ilustrativas/exemplos	Transições Contextuais
Racionalidade	Ordem	Teoria das organizações clássica, administração científica, teoria da decisão, Taylor, Fayol, Simon	de Estado guarda-noturno a Estado industrial
Integração	Consenso	Relações humanas, neo-RH, funcionalismo, teoria da contingência/sistêmica, cultura corporativa, Durkheim, Barnard, Mayo, Parsons	de capitalismo empresarial a capitalismo do bem-estar
Mercado	Liberdade	Teoria da firma, economia institucional, custos de transação, teoria da atuação, dependência de recursos, ecologia populacional, teoria organizacional liberal	de capitalismo gerencial a capitalismo neoliberal
Poder	Dominação	Weberianos neo-radicais, marxismo crítico-estrutural, processo de trabalho, teoria institucional, Weber, Marx	de coletivismo liberal a corporativismo nefociado
Conhecimento	Controle	Etnometodo, símbolo/cultura organizacional, pós-estruturalista, pós-industrialista, pós-fordista/moderno, Foucault, Garfinkel, teoria do ator-rede	De industrialismo/modernidade a pós industrialismo/pós-modernidade
Justiça	Participação	Ética de negócios, moralidade e OB, democracia industrial, teoria participativa, teoria crítica, Habermas	de democracia repressiva a democracia participativa

FONTE: REED (2007, p.65).

Este histórico apresentado por Reed (2007) falha ao apresentar informações que melhor qualificariam as vertentes das teorias organizacionais. De acordo com Morgan (2007, p.13) “a natureza parcial e auto-sustentadora da ortodoxia somente se torna evidente na medida em que o teórico explicita as pressuposições básicas que desafiam os modos alternativos de visão, e começa a apreciar essas alternativas em seus próprios termos”. Por esta consideração tomam-se as

proposições de Marsden e Townley (2001) que diferem de Reed (2007) ao proporem um histórico da teoria organizacional dividido em apenas dois momentos.

“O primeiro consistiu na construção de uma teoria chamada de normal e um segundo resultou de manifestações de diversos autores e insatisfações também diversas, mas que é referido tendo sido desencadeado pelo pós-modernismo, que seria a teoria ‘Teoria organizacional contranormal’ (BERTERO, 2001, p.57).

Estas duas teorias são explicadas no quadro 04 (página seguinte). Bertero (2001, p.58) admite que “o mundo da teoria organizacional normal não foi sequer tocado ou abalado pelas críticas e propósitos da contrateoria”. A teoria organizacional contranormal é de acordo com Marsden e Townley (2001) rica em debates, diversa em contribuições e viva em expressar seu descontentamento à normalidade das proposições precursoras, todavia, distante da realidade organizacional e especialmente da prática e da gestão.

QUADRO 04 – Teorias organizacionais normal e contranormal

Teoria organizacional normal	Teoria organizacional contranormal
Positivista, objetivista, realista e voltada para a eficácia e para a eficiência. Seu modelo são as ciências de tipo duro, em que conhecimentos se provam empiricamente e há um processo de acumulação	Surgiu em função de diversas insatisfações com a teoria organizacional normal. A contrateoria organizacional não produziu até o momento alternativa à teoria organizacional normal porque se perdeu nas chamadas incomensurabilidades paradigmáticas, caindo num relativismo desesperador

94

FONTE: elaborado a partir das contribuições BERTERO (2001); MARSDEN e TOWNLEY (2001).

Esta consideração dos autores é rebatida por Bertero (2001) ao considerar que não é apenas a prática que conduz a aplicabilidade da teoria. O universo administrativista vai além da dicotomia teoria *versus* prática, uma vez que se preocupa em saber se a teoria, teoria organizacional normal ou contranormal, e, também se as ciências sociais podem explicar e, portanto, lastrear a prática, no sentido da ação humana. Marsden e Townley (2001) consideram que cabe aos pesquisadores pós-modernos a tarefa de extrair das discussões contranormais temas que possam ser explorados, em cotidianos organizacionais, por metodologias que avancem dos propósitos positivistas e objetivistas. A ciência organizacional se desenvolve a partir da observação das falhas da normalidade teórica anterior e do ajuste das mesmas em novas proposições contranormais.

Vários temas interconectados orientam as contribuições analíticas oriundas das metanarrativas de Reed (2007) e da segmentação teórica defendida por Marsden e Townley (2001). Estas análises podem ser interpretadas como tentativas contestadas de representação e controle do entendimento da realidade em relação a prática social estratégica institucionalizada que é a organização. Reed (2007) admoesta que assim como o discurso da teoria política, o discurso da teoria da organização deve ser considerado uma rede contestável e contestada de conceitos e teorias, que travam batalhas para impor certos significados em detrimentos de outros ao entendimento partilhado da vida organizacional na modernidade recente. Connolly (apud REED, 2007, p.82) concebeu

R
E
V
I
S
T
A

a teoria política como um domínio ou espaço de conflitos, no qual interpretações rivais da vida política podem ser analiticamente identificadas e racionalmente debatidas por agentes responsáveis, sem que se apele ao provincialismo transcendental característico do universalismo epistemológico e do relativismo cultural.

Essa concepção pode ser usada para mapear temas subjacentes as teorias organizacionais, e podem ser resumidos das seguintes formas:

um debate teórico a respeito das explicações rivais sobre conceitos de ‘atuação’ e ‘estrutura’, à medida que estes são empregados como conceitos-chave de características organizacionais; um debate epistemológico entre ‘construtivismo’ e ‘positivismo’ e suas implicações para a natureza e caráter do conhecimento que os estudos organizacionais produzem; um debate analítico sobre a prioridade relativa a ser conferida, nos estudos organizacionais, ao nível ‘local’ em oposição ao nível ‘global’ de análise; um debate normativo entre o ‘individualismo’ e ‘coletivismo’ como concepções ideológicas rivais, que competem pela noção de ‘viver bem’ nas sociedades modernas (REED, 2007, p.82).

Estes debates compõem os pontos de interseção de Reed (2007). Os mesmos são apresentados no quadro 05.

95

QUADRO 05 – Os pontos de interseção de Reed (2007)

O debate teórico atuação/estrutura	O debate epistemológico construtivista/ positivista	O debate analítico local/global	O debate normativo individualista/ coletivista
Os que enfatizam a atuação concentram-se na busca de um entendimento da ordem social e organizacional que saliente as práticas sociais por meio das quais seres humanos criam e reproduzem instituições. Os que privilegiam a estrutura ressaltam a importância dos padrões e das relações externas que determinam e circunscrevem a interação social dentro de formas institucionais específicas	O primeiro promove uma concepção da organização como sendo um artefato socialmente construído e dependente, que somente pode ser entendido em termos de convenções metodológicas altamente restritas e localizadas, sempre abertas a revisões e mudanças. O segundo trata a organização como um objeto ou entidade existindo como tal, e que pode ser explicada em termos de princípios gerais de leis que governam seu funcionamento	O debate micro/macro questiona se a ênfase deve ser dada aos aspectos íntimos e detalhados da conduta individual ou em fenômenos impessoais, de maior escala.	O individualismo oferece uma visão da organização como uma criação não intencional dos atores individuais que seguem os desígnios de seus objetivos políticos e instrumentais. O coletivismo trata a organização como uma entidade objetiva que se auto-impõe aos atores com tal força que lhes deixa pouca ou nenhuma alternativa, exceto obedecer a seus comandos.

96

FONTE: elaborado de acordo com as contribuições de REED (2007).

A exposição das metanarrativas, paradigmas e pontos de inserção frente as teorias normais e contranormais permitem uma melhor compreensão de tudo o que tem sido discutido até o momento. Entretanto, sente-se a necessidade de uma discussão adjacente sobre o debate epistemológico construtivismo/positivismo, uma vez que por ele se alcança uma melhor compreensão da segmentação entre objetivismo e subjetivismo proposta por Burrell e Morgan (1979).

O construtivismo adota uma ontologia relativista (relativismo), uma epistemologia transacional e uma metodologia dialética, hermenêutica. Aqueles que empregam esse paradigma voltam-se para a produção de interpretações reconstruídas do mundo social. Os critérios positivistas tradicionais da validade interna e externa são substituídos por termos como fidedignidade e autenticidade. Os construtivistas valorizam o conhecimento transacional. [...] O construtivismo vincula a ação à práxis e baseia-se em argumentos anti-fundacionalistas ao mesmo tempo em que estimula textos de múltiplas vozes e experimentais (LINCOLN; GUBA, 2006, p.164).

Reed (2007, p.84) considera que

a epistemologia positivista restringe severamente o limite do conhecimento que pode ser atingido pelos estudos organizacionais, limitando-o àqueles

fatos que podem ser submetidos a um método de prova rigoroso, bem como a generalizações semelhantes a leis que ela sanciona.

Ele concorda com os autores anteriores ao observar que o construtivismo adota uma posição muito mais relativista ao recair em normas e práticas comunais restritas de comunidades de pesquisa específicas, desenvolvidas ao longo do tempo. O construtivismo, apesar de ser um dos tópicos do debate epistemológico, representa uma ontologia alinhada a epistemologia convencionalista deste ponto de interseção apresentado por Reed (2007).

As narrativas racional, integracionista e de mercado apóiam firmemente a concepção estrutural da organização, se desenvolveram com base na ontologia realística e na epistemologia positivista e priorizam uma concepção mais global da realidade da organização. Os pesquisadores que trabalham segundo as tradições de poder, conhecimento e justiça preferem o conceito de atuação organizacional, são mais favoráveis a uma ontologia construtivista e a uma epistemologia convencionalista e tendem a dar destaque a processos e práticas organizacionais em nível local/micro (REED, 2007). Em relação ao último debate, por meio das contribuições de Reed (2007), afirma-se que as narrativas racional e de mercado assumem uma perspectiva normativa individualista, enquanto que a narrativa integracionista apóia-se no coletivismo. As abordagens teóricas desenvolvidas com base nas estruturas de poder, conhecimento e justiça não assumem posição neste ponto de interseção, uma vez que tal opção limitaria as proposições tratadas por estas vertentes do conhecimento.

Através das considerações de Marsden e Townley (2001) e de Reed (2007) é possível esclarecer que as teorias organizacionais normais são compostas pelas metanarrativas racional, integrativa e de mercado, e que as teorias organizacionais contranormais são representadas pelas metanarrativas de poder, conhecimento e justiça.

PARADIGMAS, PONTOS DE INTERSEÇÃO E SEGMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o presente estudo foram adotados os quatro paradigmas defendidos por Burrell e Morgan (1979) por meio de um exercício que adicionou às discussões os pontos de interseção propostos por Reed (2007) e a segmentação teórica oferecida por Marsden e Townley (2001). Pelas discussões anteriores, a teoria normal engloba as metanarrativas racionais, integracionistas e de mercado, que conseqüentemente, são explicadas pela sociologia funcionalista. Já a teoria contranormal é constituída pelas metanarrativas do poder, conhecimento e justiça. Estas em sua vez são explicadas por três diferentes paradigmas. A metanarrativa do poder, por grande influência da teoria marxista, enquadra-se no paradigma do estruturalismo radical; a metanarrativa do conhecimento, pela relevância concedida ao símbolo e cultura organizacional, e a teoria ator-rede, explica-se pelo paradigma interpretativista, e a metanarrativa da justiça, pelo domínio da teoria crítica é compreendida pelo paradigma do humanismo radical (BERTERO, 2001; BURRELL; MORGAN, 1979; MARSDEN; TOWNLEY, 2001; REED, 2007). A figura 01 ilustra toda esta inter-relação ao integrar tudo o que foi abordado até o momento com relação aos paradigmas (BURRELL; MORGAN, 1979), aos pontos de interseção (REED, 2007) e a divisão das teorias organizacionais (MARSDEN; TOWNLEY, 2001).

TEORIA NORMAL (MARSDEN; TOWNLEY, 2001)							
METANARRATIVA (REED, 2007)	PONTOS DE INTERSEÇÃO / DEBATES (REED, 2007)					INTER-RELAÇÃO METANARRATIVA PARADIGMA	PARADIGMA (BURRELL; MORGAN, 1979)
	EPISTEMOLOGIA	ONTOLOGIA	TEÓRICO	ANALÍTICO	NORMATIVO		
Racional	Positivista	Realista	Estrutura	Global	Individualista	Positivismo Objetivismo	Sociologia Funcionalista
Integração	Positivista	Realista	Estrutura	Global	Coletivista	Positivismo Objetivismo	Sociologia Funcionalista
Mercado	Positivista	Realista	Estrutura	Global	Individualista	Positivismo Objetivismo	Sociologia Funcionalista

TEORIA CONTRANORMAL (MARSDEN; TOWNLEY, 2001)							
METANARRATIVA (REED, 2007)	PONTOS DE INTERSEÇÃO / DEBATES (REED, 2007)					INTER-RELAÇÃO METANARRATIVA PARADIGMA	PARADIGMA (BURRELL; MORGAN, 1979)
	EPISTEMOLOGIA	ONTOLOGIA	TEÓRICO	ANALÍTICO	NORMATIVO		
Poder	Convencionalista	Construtivista	Atuação	Local	-	Teoria Marxista	Estruturalismo Radical
Conhecimento	Convencionalista	Construtivista	Atuação	Local	-	Símbolo/Cultura Org Teoria do Ator-Rede	Sociologia Interpretativa
Justiça	Convencionalista	Construtivista	Atuação	Local	-	Teoria Crítica	Humanismo Radical

FIGURA 01 – As inter-relações entre os paradigmas, os pontos de interseção e a segmentação da teoria organizacional

FONTE: BURRELL e MORGAN (1979); MARSDEN e TOWNLEY (2001); REED (2007).

Cada paradigma possui seu ponto de interseção inserido em uma metanarrativa do conhecimento organizacional, que, por consequência pode ser qualificado dentro de uma das opções teóricas apresentadas. Dentro desta coerência apresentada entre os estudos de Burrell e Morgan (1979), Reed (2007) e Marsden e Townley (2001) extrai-se a necessidade de verificar o que une e o que separa suas diferentes vertentes. Assim, propõe-se a figura 01 (página seguinte) que assume uma responsabilidade sintetizar as principais informações disponibilizadas nas discussões anteriores, mas com uma perspectiva de relevância sob os paradigmas de Burrell e Morgan (1979).

98

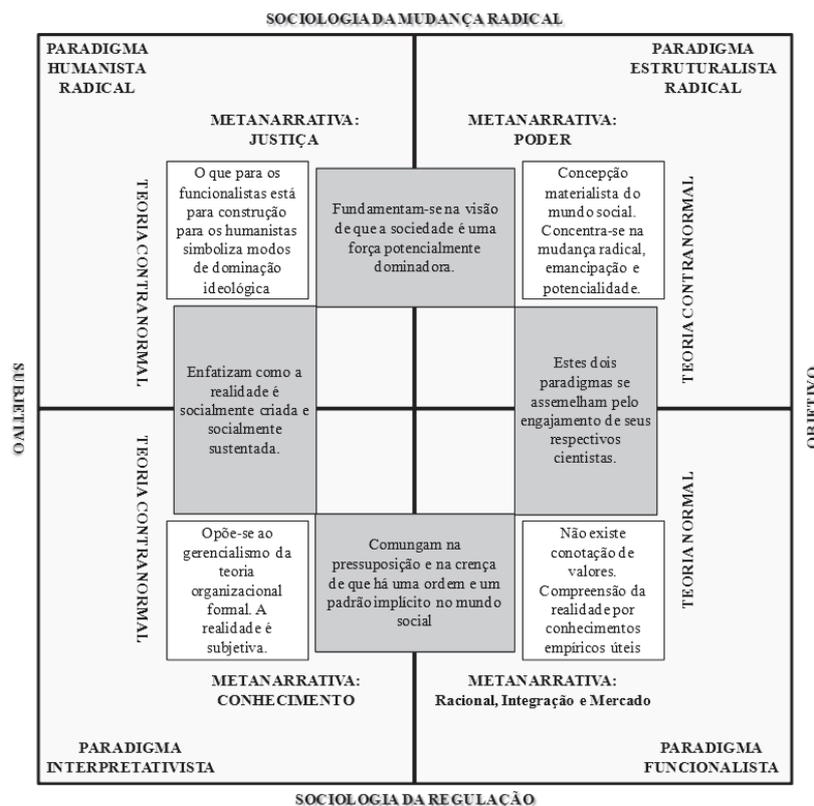


FIGURA 01 – As inter-relações entre os paradigmas, os pontos de interseção e a segmentação da teoria organizacional dentro dos quadrantes de Burrell e Morgan (1979)

FONTE: BURRELL e MORGAN (1979); MARSDEN e TOWNLEY (2001); REED (2007).

Nesta ilustração intentou-se estruturar um caminho de união entre os paradigmas, o qual é sustentado por proposições oriundas de diferentes metanarrativas amparadas em grande parte pela teoria contranormal e apenas no quadrante do paradigma funcionalista pela teoria normal. Esta trilha de interligação entre os paradigmas em alguns momentos se rompe pelo fato de algumas especificidades inerentes a cada abordagem não permitirem uma plena junção epistemológica e ontológica de suas respectivas proposições. As figuras 01 e 02 finalizam as discussões do presente artigo, uma vez que por eles se evidencia uma relação entre os paradigmas, os pontos de interseção, as metanarrativas e a segmentação teórica adotados como referências, ou seja, por meio delas demonstra-se ilustrativamente o conteúdo de tudo o que foi proposto para que o objetivo principal deste estudo fosse alcançado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi realizado com o objetivo de identificar como paradigmas, pontos de interseção, metanarrativas e segmentações teóricas vinculados aos estudos organizacionais se relacionam. Foram adotados como referências os paradigmas apresentados por Burrell e Morgan (1979), os pontos de interseção e as metanarrativas defendidas por Reed (2007) e a segmentação teórica ofertada por Marsden e Townley (2001). Por todas as discussões desenvolvidas chegou-se a lógica analítica apresentada no quadro 06.

	Modelo de Metanarrativa Interpretativa	Paradigmas Burrell e Morgan	Debate Atuação Estrutura	Debate Construtivista Positivista	Debate Local Global	Debate Individualista Coletivista
Normal	Racionalidade	Sociologia Funcionalista	Estrutura	Positivista	Global	Individualista
	Integração	Sociologia Funcionalista	Estrutura	Positivista	Global	Coletivista
	Mercado	Sociologia Funcionalista	Estrutura	Positivista	Global	Individualista
Contranormal	Poder	Estruturalismo Radical	Atuação	Construtivista	Local	-
	Conhecimento	Sociologia Interpretativa	Atuação	Construtivista	Local	-
	Justiça	Humanismo Radical	Atuação	Construtivista	Local	-

QUADRO 06 – Teorias organizacionais, metanarrativas, paradigmas e pontos de interseção

FONTE: BERTERO (2001); BURRELL e MORGAN (1979); MARSDEN e TOWNLEY (2001); REED (2007).

Por meio do quadro verifica-se que os pontos de interseção propostos por Reed (2007) confluem de uma segmentação teórica defendida por Marsden e Townley (2001) entre teorias organizacionais normais e teorias organizacionais contranormais. Estas englobam todas as metanarrativas interpretativas de Reed (2007), que por sua vez são compreendidas pelos paradigmas de Burrell e Morgan (1979). Tais proposições não são finitas e estão abertas a novas sugestões científicas, as quais podem compor estudos futuros interessados em validar ou confrontar o quadro de relacionamento alcançado.

REFERÊNCIAS

BERTERO, C.O. Nota técnica: a coruja de minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W.R. (Orgs.) *Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções*. São Paulo: Atlas, 2001.

BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. (Orgs.) *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2007.

BURRELL, G.; MORGAN, G. *Social paradigms and organisational analysis: elements of the sociology of corporate life*. Great Britain: Heinemann Education Books, 1979.

GARCIA, J.R.; MINUZZI, J. As tarefas sob a luz das metáforas das organizações de Morgan. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2005, Bauru. *Anais...* Bauru: XII SIMPEP, p.10, 2005.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed., São Paulo: Atlas, 2008.

HEIDEGGER, M. *Being and time*. Albany: State University of New York Press, 1927.

KINCHELOE, J.L.; McLAREN, P. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Orgs.) *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. 2. ed., Chicago: University of Chicago Press, 1970.

LAKATOS, I. Falsification and the methodology of scientific research programmes. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Eds.). *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

LINCOLN, Y.S.; GUBA, E.G. Paradigmas e perspectivas em transição. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Orgs.) *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. Introdução: a coruja de minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W.R. (Orgs.) *Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções*. São Paulo: Atlas, 2001.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. In: CALDAS, M.P.; BERTERO, C.O. (Orgs.) *Teoria das organizações: série RAE-clássicos*. São Paulo: Atlas, 2007.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. (Orgs.) *Handbook de estudos organizacionais: modelos*

de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHWANDT, T.A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa. Interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Orgs.) *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VERGARA, S.C.; CALDAS, M. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. *RAE*, v.45, n.4, p.66-72, 2005.